

BNCC E DESIGUALDADES SOCIAIS: ANÁLISE INTERPRETATIVA E CRÍTICA À LUZ DOS PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS EDUCACIONAIS DE PAULO FREIRE

BNCC AND SOCIAL INEQUALITIES: INTERPRETATIVE AND CRITICAL ANALYSIS IN THE LIGHT OF PAULO FREIRE'S PEDAGOGICAL AND EDUCATIONAL PRINCIPLES

BNCC Y DESIGUALDADES SOCIALES: ANÁLISIS INTERPRETATIVO Y CRÍTICO A LA LUZ DE LOS PRINCIPIOS PEDAGÓGICOS Y EDUCATIVOS DE PAULO FREIRE

Iane de Almeida Oliveira

Pedagoga Licenciada pela Universidade Tuiuti do Paraná – Professora da Educação Infantil na Rede Municipal Colombo – PR. – Atuando na Secretaria de Educação do Município de Colombo. Mestranda em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná
<https://orcid.org/0000-0002-8006-1465>
E-mail: iane.almeidas@gmail.com

Peri Mesquida

Doutor em Ciências da Educação Université de Genève (1986). Pós-Doutorado em Epistemologia Université de Genève (1993). Pós-Doutorado em Pestalozzi e Freire pela Université de Fribourg (2016). Atualmente é professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PUCPR.
<http://orcid.org/0000-0003-4882-6808>
E-mail: mesquidaperi@gmail.com

Lindomar Wessler Boneti

Doutor em Sociologia (PhD) em Sociologia pela Université Laval, Québec, Canadá (1995) e Pós-Doutorado no Departamento de Ciências da Educação da Université de Fribourg, Suíça (2008). Atualmente atua como Professor e Pesquisador do Curso de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
<https://orcid.org/0000-0003-1028-4046>
E-mail: lindomar@boneti.com

RESUMO

Este artigo pretende realizar uma análise crítica da BNCC – educação básica - e sua eventual contribuição para a população em condições de desigualdades sociais, à luz do pensamento da pedagogia filosófica e sociopolítica de Paulo Freire. Examinamos detalhes da redação da BNCC, os comparando com as necessidades da população em condições de desigualdade social, verificando se a BNCC, tal como se apresenta, tem afinidade com o universo dos social e economicamente excluídos. Utilizamos a hermenêutica fenomenológica crítica como método e a pesquisa documental e bibliográfica, como metodologia, ressaltando o pensamento de Ivan Illich (1985), István Mészáros (2008), Boneti (2007), Mesquida e Santos (2014), Freire (1997; 1997a; 2002a; 2002b; 2002c). Concluímos, a partir do pensamento freiriano, que o ensino institucionalizado pela BNCC, contribui para acentuar as desigualdades sociais e educacionais.

Palavras – Chave: BNCC; Desigualdade Social; Paulo Freire.

ABSTRACT

This article intends to carry out a critical analysis of the BNCC – basic education – and its eventual contribution to the population in conditions of social inequalities, in light of the philosophical and sociopolitical pedagogy of Paulo Freire. We examined details of the BNCC's writing, comparing them with the needs of the population in conditions of social inequality, verifying whether the BNCC, as it presents itself, has affinity with the universe of the socially and economically excluded. We use critical phenomenological hermeneutics as a method and documentary and bibliographic research as methodology. Highlighting the thoughts of Ivan Illich (1985), István Mészáros (2008), Boneti (2007), Mesquida and Santos (2014), Freire (1997; 1997a ;

2002a;2002b;2002c) . We conclude, based on Freirian thought, that the education institutionalized by the BNCC contributed to accentuating social and educational inequalities.

Keywords: BNCC; Social inequality; Paulo Freire.

RESUMEN

Este artículo pretende realizar un análisis crítico de la BNCC – educación básica – y su eventual contribución a la población en condiciones de desigualdades sociales, a la luz de la pedagogía filosófica y sociopolítica de Paulo Freire. Examinamos detalles de la redacción de la BNCC, comparándolos con las necesidades de la población en condiciones de desigualdad social, verificando si el BNCC, tal como se presenta, tiene afinidad con el universo de los social y económicamente excluidos. Utilizamos la hermenéutica fenomenológica crítica como método (Gadamer, 1997; Heidegger, 2012) y la investigación documental y bibliográfica como metodología. Destacando el pensamiento de Ivan Illich (1985), István Mészáros (2008), Boneti (2007), Mesquita y Santos (2014), Freire (1997; 1997a; 2002a; 2002b;2002c). Concluimos, con base en el pensamiento freiriano, que la educación institucionalizada por el BNCC contribuyó a acentuar las desigualdades sociales y educativas.

Palabras clave: BNCC; Desigualdad social; Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

“Não há educação neutra. O ato de educar é fundamentalmente um ato político.” (Freire, 2022c, p. 10)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se constitui de um documento normativo na perspectiva da elaboração curricular e propostas pedagógicas, para educação básica no Brasil, abrangendo desde a educação infantil até o ensino fundamental e médio. A análise crítica que desenvolvemos neste artigo diz respeito à interação dos fundamentos pedagógicos da BNCC com a população em condições de pobreza e desigualdade social, indagando sobre a eventual contribuição que o artefato legal teria dado para a diminuição da desigualdade social. Isso significa considerar que este grupo, que chamamos de excluídos, na condição de desigualdade social, se diferencia significativamente do contexto social amplo em virtude das particularidades do meio de vida, em geral, alternativo. Entendemos, a partir dos fundamentos da pedagogia freiriana, que a BNCC possui alinhamentos com a educação sob a égide do neoliberalismo, subordinando-se à lógica do mercado e se configurando em condição necessária ao ciclo reprodutivo do capital. Na perspectiva da pedagogia freiriana, o “ato de educar é fundamentalmente um ato político”, não existindo neutralidade nas ações educativas impostas pelo sistema. Partimos do pressuposto freiriano que o ato de educar para o trabalho, deve oferecer ao homem e à mulher possibilidades criativas e emancipadoras para realizar a leitura crítica de mundo, pela leitura da palavra, e condições de, pela leitura crítica da palavra, realizar a leitura do

mundo. Entendendo, assim, que a educação não deve qualificar unicamente para o mercado, (especialmente, quando consideramos, crianças, adolescentes, jovens e adultos, menos favorecidos), mas sim para a vida, e que o currículo, visto pelos olhos críticos de educadores e educadoras, excluídos e excluídas, teria o papel de desvelar a ideologia dominante.

O estudo com a perspectiva da construção da análise crítica interpretativa, que neste artigo se faz, foi realizado por meio de levantamento documental e bibliográfico, passando por uma análise interpretativa da fenomenologia hermenêutica, de Martin Heidegger (2012) e Hans-Georg Gadamer (1997), em especial o círculo hermenêutico, buscando a compreensão, a apreensão, a interpretação, a comunicação, realizando uma análise crítica e interpretativa dos documentos, tendo como aporte teórico o pensamento pedagógico e sociopolítico de Paulo Freire, Ivan Illich, István Mészáros, Boneti, Mesquida e Santos, entre outros autores que irão contribuir para alcançar o objetivo deste artigo. Diante deste contexto, concluímos que o ensino posto por meio da BNCC está sustentado em uma educação que impõe aos sujeitos práticas educacionais alienantes, com propósitos claros de manter a dominação e o histórico processo de uma educação para a elite, e outra para os mais pobres. O ser humano dominado frente a uma educação fundamentada na lógica do mercado, do lucro, da individualidade e da competição, contribuindo para acentuar as desigualdades educacionais e sociais. Acreditamos que os resultados dessa análise podem contribuir para ampliar as reflexões e o conhecimento sobre os efeitos da BNCC na Educação Básica.

1. Estado Do Conhecimento: Em Busca Da Originalidade Ao Tema Do Artigo

Com a finalidade de verificar se o artigo tem originalidade, seja no conteúdo, na forma, ou no método utilizado, desenvolvemos um levantamento inicial no banco de dados Portal de Periódicos da CAPES / MEC - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior/Ministério da Educação e Cultura. Para tal, foram selecionados descritores relacionados ao tema de pesquisa. Os resultados são apresentados em dois quadros: O quadro 1 demonstra, em números, os artigos encontrados de acordo com os descritores utilizados, enquanto o quadro 2 indica os artigos que mais se aproximaram do objeto de estudo.

Levantamento de artigos relacionadas ao tema de pesquisa		Trabalhos utilizado para área de estudo
Descritores utilizados	Quantidade de Trabalhos encontrados	
<i>Base Nacional Comum Curricular, Paulo Freire</i>	46	2
Base Nacional Comum Curricular, Educação Básica, Desigualdades	30	0
Base Nacional Comum Curricular, Desigualdades	78	2
<i>Base Nacional Comum Curricular, Mercado De Trabalho</i>	76	3

Quadro 1 - Fonte: autores (2024)

Artigos relacionadas ao tema de pesquisa		Ano de Publicação
Título dos artigos	Autor (s)	
A Base Nacional Comum Curricular: Uma estratégia a favor da educação emancipatória das infâncias e redução das desigualdades sociais?	Gercina Santana Novais E Silma Do Carmo Nunes	2018
Pode A Política Pública Mentir? A Base Nacional Comum Curricular E A Disputa Da Qualidade Educacional	Eduardo Donizeti Giroto	2019
A Influência Neoliberal Nas Políticas Educacionais Brasileiras: Um Olhar Sobre A BNCC	Carolina de Moura Vasconcelos, Carlos Henrique Ferreira Magalhães e Telma Adriana Pacifico Martineli	2020

De Husserl a Freire: reflexões sobre o conceito de competência na Base Nacional Comum Curricular	Anderson Luiz Tedesco, Ivan Luís Schwengber	2020
Política Curricular E Neoliberalismo: Uma Crítica À Base Nacional Comum Curricular A Partir Do Legado Freiriano	Lucilene Amarante, Andressa Garcia De Macedo, Jani Alves Da Silva Moreira	2021
Formação para adaptação e pseudoformação: Uma análise da BNCC a partir da Teoria Crítica	Rui Bragado Sousa, Lilian Fávoro Alegrâncio Iwasse	2021
BNCC: Formação de Competências e Habilidades Para a Adaptação ao Mercado	Cristiane dos Santos Farias, Gláucia Botan Rufato, Maria José Ferreira Ruiz	2023

Quadro 2 - Fonte: autores (2024)

Dentre os resultados encontrados, vale salientar que foram selecionados sete (7) artigos que mais se aproximaram da temática abordada. Os demais trabalhos encontrados, embora tratem da questão central das desigualdades educacionais, não utilizam o método e nem a base freiriana utilizada na reflexão proposta pelos autores. Deste modo, foram elencados os títulos que mais se aproximam da pesquisa a partir da problemática aqui proposta.

O Artigo de Gercina Santana Novais e Silma do Carmo Nunes (2018), intitulado “A Base Nacional Comum Curricular: Uma estratégia a favor da educação emancipatória das infâncias e redução das desigualdades sociais?”, teve como objetivo apresentar uma reflexão acerca do significado da BNCC para uma educação infantil emancipatória, questionando se a BNCC pode de fato contribuir para a redução das desigualdades

educacionais. A metodologia utilizada pelas autoras foi a pesquisa qualitativa, por meio de análise documental, e trouxe reflexões importantes a respeito do contexto de elaboração do documento. Elas indagam sobre quais foram os objetivos traçados na BNCC para a etapa da Educação Infantil, com o intuito de reconhecer as diversas infâncias existentes no país. Além disso, investigam como os diversos grupos sociais e culturais foram considerados na elaboração do documento e do currículo. Os resultados apontam a participação privilegiada dos grupos e movimentos empresariais que tiveram envolvimento direto na construção do documento, demonstrando que há um certo viés neoliberal na BNCC. As conclusões das autoras indicam que a BNCC, como documento de caráter normativo, fomenta a desigualdade de oportunidades. No entanto, as autoras não se deram conta que o discurso da “desigualdade de oportunidades”, é ideológico (no sentido de falsa consciência), pois mascara a desigualdade de condições para aproveitar as ditas oportunidades.

O artigo Eduardo Donizeti Giroto, intitulado (2019), “ Debates & Polêmicas - Pode A Política Pública Mentir? A Base Nacional Comum Curricular E A Disputa Da Qualidade Educacional”, tem o objetivo de demonstrar que a Base Nacional Comum Curricular não é um instrumento que busca enfrentar as desigualdades educacionais brasileiras, uma vez que não leva em consideração as condições materiais das escolas públicas e do exercício da docência, bem como o perfil socioeconômico dos estudantes. Para corroborar com a pesquisa, o autor traz dados disponíveis no Censo Escolar no ano de 2017, bem como dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2015. Esses dados apontam, segundo o autor, para a manutenção de um quadro de desigualdades na educação brasileira. O estudioso alerta ainda para a participação massiva de grupos empresariais que foram unânimes na defesa da Base, difundindo o discurso da igualdade de oportunidades. Mesmo com associações científicas, profissionais, movimentos sociais e de trabalhadores apresentando diversas críticas ao documento e apontando as desigualdades sociais às quais estão submetidos milhares de professores e alunos em todo o país, estando a educação sob a égide do neoliberalismo.

O artigo de Carolina de Moura Vasconcelos, Carlos Henrique Ferreira Magalhães e Telma Adriana Pacifico Martineli (2020), intitulado “A Influência Neoliberal Nas Políticas

Educacionais Brasileiras: Um Olhar Sobre A BNCC”, teve como objetivo analisar a influência neoliberal na educação e seus reflexos na elaboração da Base Nacional Comum Curricular.

A metodologia utilizada pelos autores foi a pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada no materialismo histórico. O artigo busca compreender a relação dinâmica existente entre os conceitos neoliberais e os princípios postos na BNCC, que norteiam a educação. Os autores apontam que este é um resultado direto do Neoliberalismo enquanto uma corrente de pensamento, e um conjunto de políticas que vêm sendo adotadas pelos governos brasileiros. Essas políticas podem ser vistas por meio da privatização e do incentivo à competição na educação voltada para o mercado de trabalho, com a influência direta de organismos internacionais que, de acordo com os autores, tiveram papel fundamental na estruturação da BNCC.

O artigo de Anderson Luiz Tedesco e Ivan Luís Schwengber (2020), intitulado “ De Husserl a Freire: Reflexões sobre o conceito de competência”, busca refletir a respeito dos termos competências e habilidades a partir do conceito de conscientização em Paulo Freire e em Edgar Husserl. Os autores buscam entender de maneira crítica o processo de implementação da BNCC, trazendo para o foco da discussão a forma como os conceitos de habilidades e competências foram postos no documento e incorporados na educação. Considerando sobretudo o saber fazer como habilidade essencial em detrimento do saber pensar, privilegiando desta forma um modelo cognitivista que orienta a Educação Básica e o currículo. Os autores destacam que a conscientização precisa necessariamente permear as competências e as habilidades para que, desta forma, a educação possa avançar rumo a uma formação integral humanizadora e, por conseguinte, libertadora. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, cujos procedimentos metodológicos se pautaram na pesquisa bibliográfica. No entanto, mantiveram o vocábulo “competência”, sem darem conta da origem neoliberal do termo tal como aparece na BNCC.

O artigo de Lucilene Amarante, Andressa Garcia De Macedo e Jani Alves Da Silva Moreira (2021), intitulado “Política Curricular e Neoliberalismo: Uma Crítica à Base Nacional Comum Curricular a Partir do Legado Freiriano”, analisa como o ideário político-econômico do neoliberalismo está presente na proposta curricular da educação básica, bem como esteve presente no contexto de aprovação da Base Nacional Comum Curricular. A partir deste enfoque, as autoras buscam estabelecer uma relação de contraposição com o legado

freiriano, especialmente no que diz respeito à concepção de uma escola problematizadora, justa e democrática. Elas analisam a conjuntura histórica, política e econômica vigente. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico e traz como resultados que os princípios postulados pelo neoliberalismo, como doutrina econômica posta no âmbito da educação, justificam os princípios da desigualdade e da exclusão social. Isso ocorre, para as autoras, porque está associada à lógica do mercado.

O artigo de Rui Bragado Sousa e Lilian Fávaro Alegriânico Iwasse, intitulado “Formação para adaptação e pseudoformação: Uma análise da BNCC a partir da Teoria Crítica”, tem como objetivo compreender os fundamentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo sustentação em pressupostos da teoria Crítica da sociedade, tendo como base as discussões de Adorno, Horkheimer e Benjamin. Os autores buscam, em sua pesquisa, compreender como as habilidades e competências socioemocionais, posta na BNCC, converte-se na prática em mera adaptação para uma escola “flexível” que molda para o mercado de trabalho. Esse mercado segundo os estudiosos, é incerto e seleciona os mais aptos em uma disputa na qual o conhecimento é visto como utilitarista em uma formação voltada à adaptação. Os estudiosos demonstram que a BNCC expressa um currículo prescrito por “especialistas empresariais” e organizações ligadas a grupos financeiros. Essas entidades buscam não apenas uma parceria público-privada com a Educação Pública, mas também têm claras intenções de manter as concepções, os valores e as ideias dos grupos dominantes. Os autores omitem o fato de que competência significa justamente a guerra de uns contra os outros, em uma competição já observada por Thomas Hobbes no século XVI.

O artigo de Cristiane dos Santos Farias, Gláucia Botan Rufato e Maria José Ferreira Ruiz (2023), intitulado “BNCC: Formação de Competências e Habilidades Para a Adaptação ao Mercado”, busca desenvolver uma análise crítica caracterizando o que vêm a ser uma formação para a adaptação e uma formação para emancipação, partindo do que é proposto pela BNCC. As autoras fazem uma reflexão crítica dos conceitos de habilidades e competências e suas implicações para os processos formativos dos jovens nos espaços formais de educação. Ao fazerem essa importante análise crítica, os autores constatam que o ensino que prioriza métodos e técnicas de aprendizagem, como orientado na BNCC, em detrimentos da formação humana, tende a formar sujeitos adaptáveis e utilitários ao

mercado de trabalho. Isso ocorre porque a BNCC traz em seu bojo ações alinhadas ao projeto de educação nos moldes empresariais, atrelados fortemente ao mundo capitalista. Esse projeto desconsidera a formação humana, reduzindo o currículo escolar às ideias da teoria do capital e do lucro. Dessa forma, promove uma formação unicamente qualificada para mão de obra.

Partindo deste levantamento inicial, é possível aferir que outros estudiosos têm se dedicado a esse tema de pesquisa, que traz importantes reflexões acerca da discussão da Base Nacional Comum Curricular e sua contribuição para o aumento das desigualdades sociais nos grupos menos favorecidos. Pela contribuição dos estudiosos aqui brevemente mencionados, é perceptível que a BNCC está claramente alinhada aos preceitos neoliberais, pautados na competição e na meritocracia. Contudo, o conteúdo, o método utilizado, e as bases freirianas não foram trabalhados pelos autores dos artigos a fim de realizar uma análise interpretativa e crítica do tema na profundidade como procuramos desenvolver neste artigo.

2. A BNCC como política pública ou Política de Estado: avanços e contradições em um contexto de desigualdades sociais e educacionais

Refletir sobre políticas públicas pressupõe falar sobre direitos sociais, mas de onde nasce uma política pública? Segundo Boneti (2007, p.08), “uma política pública é originada de uma ideia e esta de um princípio, de uma pressuposição ou de uma vontade.” Boneti afirma que, ao se tratar de uma ideia originada de uma vontade, ela carrega consigo alguns fatores determinantes, dentre eles fatores ideológicos, de interesses, concepções oriundas de correlações de forças sociais. E são essas concepções e correlações de forças, que implicam diretamente na maneira com a qual essa política irá se efetivar e como irá atingir as mais diversas camadas da sociedade.

Assim, pensar em políticas de Estado requer conceber as relações que estão intimamente imbricadas entre Estado e classes sociais, considerando as dimensões políticas, econômicas, bem como interesses específicos de grandes corporações, inclusive agentes internacionais que operam e interferem nas formulações das políticas. Essas políticas frequentemente conflitam entre si na sociedade, evidenciando principalmente os

interesses das classes dominantes/dirigentes. Essas classes buscam manter o *status quo* e o padrão hegemônico de um pseudomodelo burguês “o governo do Estado moderno não é senão uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx e Engels, 2005, p. 42).

Assim sendo, entende-se que existe uma estreita afinidade entre os projetos do Estado (as políticas públicas) e os interesses das elites econômicas. Mesmo que no plano local (nacional e estadual) exista uma correlação de forças políticas na definição das políticas públicas, envolvendo os movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil, a definição das políticas públicas é condicionada aos interesses das elites globais por força da determinação das amarras econômicas próprias do modo de produção capitalista. (Boneti, 2007, p.14)

No contexto atual, a elaboração e a constituição da Base Nacional Comum Curricular sendo o documento: “de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem” (BRASIL, 2017). Apresenta-se como uma política que mostra claramente essa correlação de forças. Uma vez que envolve atores que expressam e representam interesses diversos. De um lado, temos professores e pesquisadores representados por entidades e associações ligadas à defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade, como: entidades sindicais, seguimentos da sociedade civil, Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE -, - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, além da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Por outro lado, temos os setores empresariais e econômicos liderados pelo “Movimento pela Base”, dentre eles: Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, os quais vêm na educação um meio rentável de expandir e aumentar seus lucros por via de parcerias público-privado. Dessa forma, passam a operar no campo da educação, mesmo não sendo estudiosos da área. Produzem proposições políticas para serem executadas no âmbito da educação pública, aliadas aos interesses do mercado e dos agentes internacionais operadas pelas elites globalizadas. Além disso, atuam na confecção e produção de materiais didáticos e pedagógicos, cursos de formação de professores, ofertados para a educação pública, estando em perfeito alinhamento com o viés neoliberal, mercadológico. Transformando a educação em uma coisa passível de ser comercializada, uma mercadoria,

como assinalava Karl Marx no primeiro capítulo do *Capital*, referindo-se às escolas na Inglaterra, como sendo “fábricas de ensino, este como mercadoria” (Marx, 1987, p. 189), e como observam Adrião e Peroni:

[...] grupos empresariais privados, não exclusivamente do campo educacional, organizam-se em instâncias de governo ou a estas se articulam, passando a definir políticas educacionais. Consideramos que a elaboração da BNCC representa a expressão mais acabada dessa apropriação da gestão educacional.” (Adrião e Peroni, 2014, p. 49)

Conforme apontam Adrião e Peroni, podemos entender que o projeto de educação presente na BNCC está articulado ao setor empresarial, o qual visa o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, o lucro. Nesse movimento, a educação passa a ser apenas um negócio e se torna um campo de disputas. As práticas educativas perdem seu caráter de atribuir sentido às ações, as quais deveriam estar articuladas aos saberes do mundo, para a compreensão da realidade vivida, pautada nas relações humanas e na participação crítica dos estudantes. Como ensinou Paulo Freire (2002b, p.96), “a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Em contrapartida, a Base Nacional Comum Curricular vem na contramão da educação, tal como apresentou Paulo Freire, impondo em seu currículo o preceito de competência. Esse preceito, como apontam Mesquida e Santos (2014), está imbricado com o fazer para competir, e traz uma íntima relação da educação com os princípios econômicos de mercado, aproximando a escola do universo empresarial, posto que o documento prioriza o saber fazer para “vencer” no mercado. Deste modo, anuncia e concretiza um alinhamento perfeito com os princípios e propósitos do capitalismo global, ejetando os jovens de baixa renda para o mercado de trabalho, para ocuparem empregos precarizados e colocações menos valorizadas socialmente. Essas ocupações, em sua maioria, são aquelas com menores salários. Ocupações estas que os jovens das elites não estão interessados. Lima demonstra como a educação atende o preceito capitalista:

É essa amplitude de propósitos, ou multidimensionalidade educativa, que se encontra hoje, sitiada pela monorracionalidade econômica e vocacionalista, transformando cada educando em “capital humano”, adaptado para servir os imperativos da competitividade econômica à escala global. Dessa forma abandonando, ou reconvertendo pragmaticamente, os ideais de uma educação democrática, humanista e crítica, orientada para a transformação do *status quo* e para a construção de novas possibilidades. (Lima, 2017, posição 77.1617)

Aparece claramente aí uma educação bancária, como já discutida tão profundamente por Freire, (2022b, p. 27), pautada no “ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos”. Que se operacionaliza, por um currículo que busca uma formação, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades, sendo essencial executar, nas quais, os jovens precisam sobretudo “saber fazer”, sem refletir sobre o que fazem, (e sem a práxis, tão necessária), como afirma o próprio documento:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” [...] (BRASIL, 2017, p.13)

É possível perceber, pela pesquisa realizada, que a BNCC se apresenta dentro de uma configuração na qual o projeto de governo e de poder é impor a concepção de depositar conteúdos, até que os estudantes estejam “cheios” e, com isso, não sejam capazes de perceber que estão sendo disciplinados por meio da “educação”. O papel da educação e do currículo é adequar e moldar os sujeitos. Assim, a educação passa a disciplinar homens e mulheres para que atendam à demanda do mercado. Quanto mais educados e disciplinados forem, mais atenderão à demanda imposta pelo capital. Isso ocorre ao prescrever um currículo engessado, com formas prescritas de conhecer, organizar, regular, avaliar e controlar os processos formativos, de modo a apassivar corpos.

E porque os homens, nesta visão, ao receberem o mundo que neles entra, já são seres passivos, cabe à educação apassivá-los mais ainda e adaptá-los ao mundo. Quanto mais adaptados, para a concepção “bancária”, tanto mais “educados”, porque adequados ao mundo. (Freire, 2022a, p.88).

Na concepção bancária de acordo com Freire o saber é uma espécie de doação daqueles que se julgam sábios aos que julgam nada saber, tendo como base a ideologia e a opressão:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (Freire, 2022a, p.81).

Deste modo, devemos nos perguntar: a BNCC, sendo um documento normativo a nível nacional, que orienta a construção dos currículos escolares, estabelecendo os

conteúdos mínimos (grifo dos autores) a serem adquiridos por crianças, adolescentes e jovens, baseada no desenvolvimento de **competências e habilidades**, (grifo dos autores) é capaz de oferecer uma educação que emancipe, liberte, desenvolva senso crítico dos estudantes.

Um currículo pautado no saber fazer, desarticulado do saber pensar e refletir, traz consequências devastadoras, sendo um campo fértil para as desigualdades, uma vez que os jovens precisam garantir uma colocação no mercado de trabalho. Consequentemente, precisarão competir uns com os outros, e o saber fazer se torna essencial. Então, questiona-se: como os jovens que estão localizados nas regiões periféricas, que muitas vezes se encontram em situações precárias de condições de moradia, de alimentação, de saúde, em vulnerabilidades sociais das mais diversas, distantes do acesso aos bens culturais e materiais necessários para desenvolver seu aprendizado, vão competir com igualdade de oportunidade, enquanto não existe a necessária igualdade de condições?

“Pensar sobre desigualdade implica pensar a condição social; pensar sobre a condição social implica pensar sobre diferença”, como aponta Boneti (2001, p.117). Assim, certamente, esses jovens ficarão em desvantagem frente aos jovens economicamente e socialmente mais favorecidos. Pois as condições de desigualdade não são analisadas e se constroem a partir da concepção neoliberal da meritocracia, trazendo a falsa ideia de que todos são iguais e **competentes** para alcançar um lugar ao sol. Os sujeitos passam a ser classificados em categorias, dignos e não dignos. Todos podem entrar na competição, não importa em quais condições irão competir. Aqueles que não ascenderem social economicamente, não são merecedores, pois não se esforçaram o suficiente. Essa visão ignora as barreiras estruturais e as desigualdades de partida que afetam o acesso a oportunidade e recursos, dos jovens menos favorecidos, os quais são culpabilizados pelo seu fracasso, em um verdadeiro darwinismo social. Essa concepção, passa então a ser naturalizada, tanto no âmbito educacional quanto nos diversos setores da sociedade, conforme afirma Boneti:

[...] na sociedade existe uma competição natural entre os indivíduos, que se constitui em seleção natural, permanecendo os mais aptos. Trata-se de um pressuposto que no mundo social é utilizado como “natural” os “mais capazes” constituírem “modelos” para “os menos capazes”. Isso leva o preceito da meritocracia como instrumento de seleção dos mais capazes no processo de ascensão social e o respeito às normas da hierarquia social. A

meritocracia é um preceito-base, utilizado na prática educacional nos dias de hoje. (Boneti, 2013, p.266)

Para que haja uma participação crítica dos estudantes no combate à educação bancária posta pela BNCC, é necessário que a relação entre educadores e educandos seja pautada no diálogo crítico. Os estudantes precisam ser vistos e compreendidos como sujeitos, e não como objetos passivos. O conhecimento não deve ser entendido como algo estático; pior ainda, não deve ser tratado como algo a ser depositado nos estudantes, como se eles fossem meros espectadores à espera de que o mundo deposite em cada um suas ideias, valores e concepções.

Uma consciência continente a receber permanentemente os depósitos que o mundo lhe faz, e que vão transformando em seus conteúdos. Como se homens fossem uma presa do mundo e este um eterno caçador daqueles que tivesse por distração “enchê-los” de pedaços seus (Freire, 2022a, p.87).

Freire ensina que é necessário estabelecer uma relação dialógica permanente, na qual a libertação autêntica ocorrerá a partir do processo de humanização. Essa humanização não se restringe a uma coisa a ser depositada, mas sim deriva da práxis, a qual implica a ação e reflexão sobre o mundo e a realidade, com objetivo de transformá-la.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (Freire, 2022a, p.93).

A força transformadora de uma educação libertadora aponta para o saber como sendo uma construção criativa. É invenção, reinvenção, uma busca constante que homens e mulheres desenvolvem na relação com o mundo e entre si. O pensar genuíno do educador ganha autoria na autenticidade do pensar do educando, ambos mediados pela realidade e pela intercomunicação.

[...] o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto. Daí que não deva ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repetimos, de uma realidade. (Freire, 2022a, p.88, 89).

A educação libertadora problematizadora se apresenta como o contraponto dessa educação posta pela atual BNCC, que se apresenta como uma educação opressora. Ela não oferece nada mais do que retalhos da realidade, desconexos da vida e do mundo. Por outro lado, uma educação libertadora e problematizadora se afirma na dialogicidade e se faz dialógica a partir do conhecimento humano. Nesse processo, o educador se transforma em um mediatizador de sujeitos e das relações humanas, superando a contradição de educador-educandos. Isso implica romper com qualquer relação verticalizada e desperta a consciência das mulheres e homens mundo. Essa consciência envolve a compreensão e a leitura do contexto, das relações sociais e das estruturas que moldam a realidade.

Nesse sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. (Freire, 2022a, p.94).

Nesse sentido, o educador não aparece mais como figura que apenas educa, mas sim como alguém que, enquanto educa, também é educado em diálogo com o educando. Essa relação é mútua e envolve aprendizado. Ambos se tornam sujeitos do processo em comunhão. Como afirmou Freire: “Já agora ninguém educa ninguém, como tampo ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” (Freire, 2022a, p.96).

3. Princípios pedagógicos e sociopolíticos de Paulo Freire para um olhar crítico interpretativo da BNCC e seu eventual aporte para contextos sociais de desigualdade.

Segundo Mesquida e Santos (2014), o termo competência ganhou força depois da II Grande Guerra como requisito para a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo um símbolo, um sinônimo que passou a demonstrar e elencar quem era competente no mercado e quem não era.

A “competência” ganhou força depois da II Grande Guerra como condição para que se obtivesse qualidade nos produtos serviços. Uma empresa era taxada de competente à medida que demonstrasse produzir com qualidade, mais e melhor do que outra, e se

produzisse com qualidade poderia ser vista como competente. (Mesquida e Santos, 2014, p.52)

Podemos aqui perceber o termo competência sendo transferido da área empresarial e incorporado na educação, atendendo, deste modo, a um dos preceitos do neoliberalismo. Esse preceito por sua vez, influencia diretamente as “políticas públicas”, bem como a definição de currículos. A competência que deve existir em cada sujeito que compõe a escola. O diretor precisa ser competente para cuidar e administrar a unidade escolar. O professor competente para ensinar os estudantes a fazerem e desenvolverem habilidades que os garantam um lugar no mercado de trabalho, precisando ser competentes para aplicar os conteúdos nas atividades do cotidiano, sendo responsáveis por superar qualquer obstáculo que a vida lhes impuser.

Fica evidente aqui a transferência da “qualidade” empresarial para a educação. Assim, o discurso de qualidade, eficiência e produtividade aos poucos foi se desviando para competência, pois ao diretor da escola cabia aplicar e cuidar do programa da qualidade, os professores e alunos deveriam aceitar e aplicá-lo, colocando-o em prática nas atividades diárias, superando eventuais obstáculos a sua aplicação. (Mesquida e Santos, 2014, p.54)

A escola tem a “missão” de preparar sujeitos capazes, eficientes e competentes para atender à lógica econômica do mercado. Desse modo, a pedagogia se transforma em uma educação antidemocrática, na qual os sujeitos são acomodados ao sistema sem de fato desenvolverem uma leitura crítica do mundo.

Um dos princípios educacionais de Paulo Freire é de que a leitura de mundo precede a leitura da palavra, pois o sujeito só será capaz de compreender a palavra a partir do momento que for capaz de compreender as relações que as palavras apresentam com seu modo de vida, com sua história, articulada ao contexto no qual está inserido. Nesse sentido, a realidade vivida pelo sujeito será a base para a construção do seu conhecimento, conforme ensina Freire (2022a; p. 17): “com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana”. Para que a mulher e o homem possam assumir conscientemente a sua condição humana, a educação exerce um papel fundamental. No entanto, não se trata de qualquer educação, e sim uma educação baseada no aprender a refletir, a pensar criticamente, uma educação como prática de liberdade, portanto, uma educação crítica e dialógica na qual o sujeito se percebe no mundo e com o mundo, conforme aponta Freire (2022a, p. 23) “[...] o homem

se reconhece como sujeito que elabora o mundo; nele, no mundo, efetua-se a necessária mediação do autorreconhecimento que o personaliza e o conscientiza como autor responsável de sua própria história. ”

Deste modo, o ser humano aprende com seus pares, mediatizado pelo mundo. Por meio do diálogo, aprende e ensina, se vê no outro e nessa relação mútua, na qual eu existo, pois o outro existe. A criação humana se constrói por meio da experiência de viver o mundo e a relação humana existente. A construção do conhecimento, segundo Freire, é um processo social permanente de busca, o qual se dá a partir da conscientização de seres inconclusos que somos. Freire afirma ainda que a consciência de ser inconcluso é fundamental entre homens e mulheres: “na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência humana. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente.” (Freire, 2022b, p.50). Essa consciência a que Freire se refere, se concretiza a partir do momento em que, conscientes de nossa inconclusão, nos educamos a partir do outro, e com o outro, e pelas relações existentes no mundo. Freire nos direciona para uma educação baseada no preceito da coletividade, fraternidade, uma educação pautada na cooperação e não na competição. Freire (2022b, p.51) ensina que “quanto maior se foi tornando a solidariedade entre mente e mãos, tanto mais o *suporte* foi virando *mundo* e a *vida, existência*”. Nesse contexto, a educação progressista defendida por Paulo Freire vai de encontro ao ensino que prioriza conteúdos e técnicas em detrimento da leitura crítica do mundo.

Freire ainda aponta para a necessidade de despertar na mulher e no homem uma educação ativa, que cultive o pensar, o falar, o sonho, possibilitando à mulher e ao homem se afirmarem como sujeitos que constroem conceitos humanizados e destroem conceitos que desumanizam o ser humano, se percebendo como pertencentes e construtores do “mundo da vida” (Lebenswelt), como querem Husserl (2012) e Paulo Freire (2002c, p.19) “[...] o que temos a fazer é repor o ser humano que atua, que pensa, que fala, que sonha, que ama, que odeia, que cria e recria, que sabe e ignora, que se afirma e que se nega, que constrói e destrói, que é tanto o que herda quanto o que adquire [...]”

4. As discrepâncias da BNCC ao se defrontar com um contexto social permeado pelas desigualdades.

Partindo do que acabamos de ver em Paulo Freire, temos pistas valiosas para compreender que as ações do Estado que são postas para a sociedade como um todo são pautadas em princípios dos quais a neutralidade não faz parte. Toda ação educativa é política, uma vez que carrega consigo concepções ideológicas, culturais e de valores. Nesse sentido, uma educação libertadora precisa estar necessariamente relacionada com a transformação política da sociedade como um todo. O currículo estabelecido tem papel primordial, uma vez que ele precisa estar atrelado a uma concepção emancipadora, que seja capaz de descortinar a miopia de uma ideologia e incorporar o pensamento crítico à vida cotidiana dos sujeitos. Entretanto, a nossa e outras pesquisas, apontam para a construção de um processo educativo alienante e desumanizador. Para combater esse processo, é fundamental que tomemos consciência da realidade na qual estamos inseridos. Este processo é chamado por Freire de conscientização, que se dá por meio da leitura da palavra, pelo diálogo, para a leitura do mundo. Esse processo desperta no oprimido o sonho de um mundo melhor e mais humano, a utopia. Assim: “O sonho pela humanização...passa pela ruptura das amarras reais, concretas, da ordem econômica, política, social, ideológica, etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência, ou uma condição que se vem fazendo *permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz*” (FREIRE, 1997, p. 99). Portanto, a emancipação, para Freire, tem a ver com a presentificação do sonho, da utopia, na forma de humanização de homens e mulheres. Uma luta que se empreende em todas as instâncias, em particular por meio da educação:

E essa luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. (Freire, 2022a, p. 33).

Da mesma forma, Gramsci, ao tratar da tomada de consciência e da luta pela emancipação, percebe esta como estando conectada com consciência, liberdade e autonomia humanizadora:

É preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade (Gramsci, 1981, p. 12).

Por isso, compreender conceitos como política pública, política de governo e política de Estado é imprescindível para que se tenha clareza que o ato de educar e o currículo não são neutros e precisam se constituir em instrumentos da emancipação do sujeito. Neste artigo, entendemos que as políticas públicas se caracterizam, ou deveriam ter características, propositivas que efetivamente partissem das comunidades, por meio das suas entidades de classe, para o Estado. Ou seja, ações pensadas, discutidas e dialogadas

pela sociedade. Ações dessa natureza refletem a consciência das comunidades, e suas necessidades, pois, conhecedoras de sua realidade, podem assim propor políticas ao Estado. Este, por sua vez, as retorna para a comunidade na forma da lei. Em outras palavras, é política pública somente quando emanada do povo, Já a política de governo trata-se da expressão de uma visão de mundo de um determinado governo de plantão (é transitória), posta para a sociedade na forma de lei. A política de Estado é aquela discutida no âmbito do poder legislativo, se origina dos pretensos representantes do povo e é baixada pelo poder executivo na forma de lei. Por esse motivo não estão a serviço da emancipação e da humanização de mulheres e homens, nem colaboram para que se tornem pessoas autônomas capazes de escreverem sua própria história.

Oliveira (2011, p. 329), considera que, “políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas”. Para referida autora, a compreensão de que as políticas de governo são pensadas e definidas pelo Executivo de um determinado governo, o qual implementa medidas e programas para atender especificamente a demanda da agenda interna, sem considerar as reais necessidades dos sujeitos. Já no que diz respeito às políticas de Estado, afirma que:

[...] as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade (Oliveira, 2011, p.329)

Oliveira, (op. cit.) parte da compreensão de que as políticas de Estado envolvem instâncias diversas, podemos mencionar os movimentos sociais, os movimentos de classes, instituições do setor privado que em sua maioria passam pelo Parlamento, que nada mais é do que uma assembleia constituída por membros eleitos pela sociedade. Esses membros representariam os cidadãos dentro da estrutura governamental, tendo como função legislar. Esses representantes não são agentes passivos; eles representam determinados interesses individuais e de coletivos diferentes, exercendo influência sobre como as normas serão postas nos mais diversos setores da sociedade, diante das disputas pelo poder político.

Nesse sentido, refletir sobre qual é o papel da educação na construção de uma educação que realize transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias para uma formação libertadora é essencial. A formação do sujeito não deve se apresentar de forma tecnocrática e utilitarista, visando apenas a força de trabalho produtiva. Reduzir a educação à atuação do mercado de trabalho desumaniza o sujeito e limita suas possibilidades de emancipação. A educação deve capacitar o indivíduo a compreender criticamente o mundo e agir sobre ele, considerando suas necessidades, desejos e aspirações. Mészáros (2008, p.16), afirma que: “a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra

como arma para transformar o mundo.” Esse pensamento dialoga com os ensinamentos de Freire, que também enfatiza a importância da conscientização e da ação crítica da educação:

[...] A educação libertadora não apenas supõe coparticipação e reciprocidade, mas acima de tudo constitui um processo significativo que é compartilhado por sujeitos iguais entre si numa relação também de igualdade. A prática educativa deve ser vivida pelos seres humanos como a sua vocação humana. Em outras palavras, deve ser vivida em sua dimensão política.” (Freire, 2022c, p.10)

A dimensão política, vivenciada pelo sujeito, implica necessariamente em assumir uma posição de quem não se deixa levar pelos acontecimentos, mas intervindo sobre eles, de modo a buscar compreendê-los, comunicando aos seus pares o compreendido, em uma construção coerente. Essa dimensão é forjada no coletivo, transformando o indivíduo plenamente sintonizado com a realidade histórica e com sua criação. Capaz de mobilizar-se no mundo, politizando sua vida e transformando-se por meio de atitudes críticas. Como aponta Freire: (2022c, p.16) “o corpo consciente e curioso que estamos sendo se veio tornando capaz de compreender, de inteligir o mundo, de nele intervir técnica, ética, estética, científica e politicamente.” Infelizmente, não foi isso que a análise crítica que efetuamos da BNCC mostrou. Pelo contrário, nos levou a concluir que a BNCC, com aporte teórico das “Fundações” privadas e de organismos internacionais, traz em seu bojo a “base” teórica do neoliberalismo e aponta para o preparo de um futuro profissional sem consciência do que é e do que faz, verdadeiro “gorila amestrado”, como mostra Antonio Gramsci, ao apresentar o taylorismo nos *Quaderni del carcere* (Gramsci, 1975, p. 489). E, que assim, não tem nada a ver com a humanização freiriana do ser humano, da mulher e do homem, pois, para Gramsci, a humanização está intimamente ligada à cultura, uma nova cultura e que não “é somente saber, mas é ainda viver, é moralidade, uma nova moral, é beleza” (GRAMSCI, 1975, p. 651). Assim, um novo humanismo incorporado e vivido por um novo homem (no sentido genérico), consciente do que é e do que pode ser, autônomo, emancipado, liberto, pois, “a libertação é um ato histórico, uma conquista, não um ato do pensamento” (MARX, 2003, p. 29).

Considerações finais

A partir do exposto ao longo deste artigo, consideramos que, diante deste contexto, o ensino posto por meio da BNCC, está sustentado em uma educação que impõe aos sujeitos práticas educacionais alienantes. Essas práticas têm propósitos claros: manter crianças, adolescentes, jovens, mulheres e os homens alienados e dominados. Ao propor uma educação fundamentada na lógica do mercado, do lucro, da individualidade, da meritocracia, do individualismo e da competição, contribuindo para acentuar as

desigualdades educacionais e sociais, uma vez que impõe aos sujeitos um currículo que prioriza uma formação (no sentido de colocar o indivíduo em uma “forma”) alienante, exclusivamente para a mão de obra, atendendo aos moldes do neoliberalismo, com a interferência do setor privado, por meio do direcionamento de políticas. Deixa claro, assim, o viés neoliberal no qual a educação foi sendo inserida. Freire nos ensinou que “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Nesse sentido a educação posta pela BNCC é uma maneira clara da intervenção e do poder dos defensores do neoliberalismo por meio de políticas educacionais.

[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ ou aprendidos, implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*. (Freire, 2022, p. 96)

De modo que os defensores do neoliberalismo utilizam a teoria do capital humano para justificar as desigualdades sociais. Nesse sentido, entender que a educação não é, e jamais pode ser neutra, é uma premissa essencial para podermos compreender que, “do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática *imobilizadora e ocultadora* de verdades” (Freire, 2022b, p. 97).

Por isso, reconhecer que somos seres capazes de transgredir, intervindo e rompendo com essa educação posta, é um caminho ético de luta que nos faz recusar a cruzarmos os braços diante desse contexto, frente a uma educação que põe os interesses do mercado acima dos interesses humanos.

Os resultados dessa análise crítico-interpretativa podem contribuir para ampliar as reflexões e o conhecimento sobre os efeitos da BNCC na educação básica, ecoando aqui uma voz de quem entende que a resistência, a indignação, aliada a ações, como Freire nos ensinou, é essencial para desvelar que o sistema perverso, ao impor a BNCC como guia, acentua as desigualdades sociais “minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da “justa ira dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas” (Freire, 2022b, p.99). Libertando-se também do que Freire chama de maldade neoliberal: “O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca” (Freire, 1997, p. 248.)

REFERÊNCIAS

A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Organização: Márcia Ângela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

BNCC: educação infantil e ensino fundamental / organização Ivan Cláudio Pereira Siqueira. — São Paulo: Fundação Santillana, 2019. “Processos e demandas no CNE (Conselho Nacional de Educação)” Vários autores. Bibliografia. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/wpcontent/uploads/2020/07/BNCCInfantilFundCN E.pdf>. Acesso em 28 nov. 2023.

ADRIÃO, T.; VIDAL PERONI, V. M. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 3, n. 4, 2012. DOI: 10.22420/rde.v3i4.105. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/105>. Acesso em: 4 jan. 2024.

AMARANTE, L.; MACEDO, A. G. de; MOREIRA, J. A. da S.. Política Curricular E Neoliberalismo: Uma Crítica À Base Nacional Comum Curricular A Partir Do Legado Freiriano. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. ed. especial, p. 1224–1241, 2021. DOI:10.5216/ia.v46ied.especial.68414. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68414>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BONETI, Lindomar W. **Políticas Públicas por Dentro**, 4. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007

BONETI, Lindomar Wessler. Ser ou estar pobre? A construção social da noção da desigualdade. **Revista Contexto & Educação**, v. 16, n. 62, p. 115-134, 2001.

BONETI, Lindomar Wessler. O debate sobre as desigualdades e diferenças sociais na educação no Brasil: significados e contradições. **Perspectiva**, v. 31, n. 01, p. 261-282, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

CALLEGARI, C. Carta aos conselheiros do Conselho Nacional de Educação [Brasília, 29 de junho de 2018]. In: FREITAS, L. C. Avaliação Educacional: Blog do Freitas. 2018. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2018/06/30/bncc-callegari-deixa-presidencia-de-comissao/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

FARIAS, C. dos S.; BOTAN RUFATO, G.; FERREIRA RUIZ, M. J. BNCC: Formação De Competências e Habilidades Para a Adaptação ao Mercado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 39, n. 1, 2023. DOI: 10.21573/vol39n12023.127053. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/127053>. Acesso em: 3 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2002c.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2022a. FREIRE, Paulo.

FREIRE, Paulo. Globalização, ética e solidariedade. In DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo. **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Vol. I. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIROTTO, E.D. .. Pode a política pública mentir? A base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional. *educação & Sociedade*, v. 40, p. e0207906, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/c3PrMtP6V5XVgnWv79btvjs/>. Acesso em 03/03-/2024.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. Turino: Einaudi, 1975.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem Escolas**. Petrópolis: Vozes, 7ªed. 1973.

Lima, Licínio C. **Aprender para ganhar, conhecer para competir** [livro eletrônico]: sobre a subordinação na “sociedade de aprendizagem” / Licínio C. Lima. – São Paulo: Cortez, 2017. – (coleção questões da nossa época; v 41)

MARX, Karl. **A Sagrada família**. São Paulo: Boi Tempo, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boi Tempo, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MÉSZAROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo. Boitempo, 2ª ed.

NOVAIS, G. S.; NUNES, S. do C. **A Base Nacional Comum Curricular: uma estratégia a favor da educação emancipatória das infâncias e redução das desigualdades**

educacionais? **Ensino em Re-Vista**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 1056–1086, 2018. DOI: 10.14393/ER-v25n3e2018-12. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/46457>. Acesso em: 3mar. 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 323-337, 2011.

SANTOS, M. S. dos; MESQUITA, P. **As matilhas de Hobbes: o modelo da pedagogia por competência**. 2. ed. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

SOUSA, R. B.; IWASSE, L. F. A. Formação para adaptação e pseudoformação: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 229, p. 87-99, 26 jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/56670>. Acesso em 3 mar. 2024.

TEDESCO, A. L.; SCHWENGBER, I. L. De Husserl a Freire: reflexões sobre o conceito de competência na Base Nacional Comum Curricular. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 5, p. 1–12, 2020. DOI: 10.5212/retepe.v.5.15157.010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/15157> . Acesso em: 3 mar. 2024.

TUTTMAN, M. T.; AGUIAR, M. A. S. A construção da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental: uma visão crítica. In: SIQUEIRA, I. C. P. (Org.). **BNCC: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. São Paulo: Fundação Santillana, 2019. p. 81-94. (Processos e Demandas no Conselho Nacional de Educação – CNE). Disponível em <https://www.fundacaosantillana.org.br/publicacao/bncc-educacao-infantil-e-ensino-fundamental-processos-e-demandas-no-cne/>. Acesso em 21 nov.2023.

VASCONCELOS, Carolina de Moura; FERREIRA MAGALHÃES, Carlos Henrique; PACÍFICO MARTINELLI, Telma Adriana. A influência neoliberal nas políticas educacionais brasileiras: um olhar sobre a BNCC. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 58, p. e10726, 2021. DOI: 10.5585/eccos.n58.10726. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10726> . Acesso em: 3 mar. 2024.

Revisão do Artigo: Realizada pelos próprios autores.

Recebido em: 20/01/2024

Parecer em: 24/02/2024

Aprovado em 30/05/2024